



GT– ESTUDOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA BIBLIOTECONOMIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Modalidade da apresentação: Comunicação oral

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS EM UMA BIBLIOTECA JURÍDICA: relato de aplicação

Leandro do Nascimento de Souza
Joseane Gomes da Rocha
Aline Oliveira de Melo
Allana Emylle Santos da Silveira

RESUMO

Diante da importância da preparação do estudante para o cotidiano profissional, surge a necessidade de desenvolvimento de habilidades e aquisição de competências no decorrer de seu processo de formação. O presente artigo tem como objetivo discorrer acerca da importância da aprendizagem e desenvolvimento de competências pelo estagiário graduando do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para isso, aborda conceitos relativos a metodologias ativas de aprendizagem, estágio supervisionado obrigatório e biblioteca especializada jurídica. Utiliza a metodologia ativa de Aprendizagem baseada em problemas e sua aplicação na Biblioteca da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, para a criação do seu plano de marketing. Explana sobre a aplicação desta metodologia, apresentando como resultados a definição dessas iniciativas, seu desdobramento inicial, ressaltando as etapas de implementação. Conclui que a metodologia educacional de aprendizagem baseada em problemas é uma alternativa útil que pode ser aplicada no âmbito do estágio supervisionado favorecendo o protagonismo do estudante na busca de soluções ao problema identificado, permitindo a aplicação prática do conhecimento teórico adquirido em sala de aula, desenvolvendo competências profissionais relevantes que poderão ser aplicadas nos diversos campos de estágio bem como levados à sua futura vida profissional.

Palavras-chave: Aprendizagem baseada em problemas. Metodologias ativas de aprendizagem. Estágio supervisionado. Biblioteca Jurídica. Biblioteconomia.

1 INTRODUÇÃO

O estágio de um estudante tem grande importância em sua formação profissional, em paralelo com a aquisição do conhecimento teórico e orientação acadêmica por parte de seus professores no âmbito universitário, pois é durante o estágio que o aprendiz poderá aplicar e evidenciar o conhecimento na prática.

Este processo de aprendizagem é fundamental para a entrada no mercado de trabalho em seu sentido mais amplo de possibilidades, mas independente da forma que assume a sua atuação profissional, este estudante demandará habilidades e

competências para resolução de problemas advindos do cotidiano de sua profissão. Nesse processo é necessária a presença de um profissional experiente para acompanhá-lo em sua prática, capacitando e oferecendo desafios e oportunidades para sua formação.

O trabalho em tela se desenvolve no contexto de uma biblioteca jurídica especializada e discute a formação do futuro bibliotecário. Para isso, analisa o papel do bibliotecário gestor - analista jurídico em biblioteconomia - e estagiários - graduandos em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para alcançar esses objetivos mais eficazmente, apoia-se nos preceitos da metodologia ativa de aprendizagem baseada em problemas, pois esta abordagem permite ao gestor identificar o desenvolvimento de competências profissionais nos estudantes, ao tratar de situações relacionadas ao cotidiano do trabalho na unidade de informação especializada.

2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM BIBLIOTECONOMIA: CONCEITOS E OBJETIVOS

Antes de nos reportarmos especificamente sobre o estágio realizado na área da Biblioteconomia, faz-se necessário um entendimento sobre o conceito de estágio de forma geral e sua importância para o processo de ensino-aprendizagem.

A lei 11.788 de 2008 define em seu primeiro artigo que estágio tem função escolar educativa que objetiva o preparo para o trabalho produtivo de alunos frequentadores regulares de instituições de ensino "superior, de educação profissional, de ensino médio [...]". Ele deve estar atrelado ao projeto pedagógico do curso e integrar "o itinerário formativo do educando" (BRASIL, 2008). A preparação do aluno para atuar profissionalmente se dá pelo que dispõe a lei em seu cap. 1, artigo 1º, inciso 2º, que indica o desenvolvimento de competências "próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho". Segundo Rocha (2018, p. 31), a nova lei de 2008 dispõe sobre o estágio de estudantes e resgata "um caráter mais pedagógico à atividade de estágio, obrigatório e não obrigatório", pois estabelece que "[...] o estágio, seja obrigatório ou não obrigatório, deve estar vinculado ao projeto

pedagógico do curso e ser supervisionado, portanto todo estágio é curricular e supervisionado." O texto ainda delimita percentual de estagiários por número de servidores, deixando evidente a ilegalidade de substituição de servidores efetivos, e que o controle de estágio obrigatório e não obrigatório se dá através de relatórios da instituição que concede o estágio e do estagiário.

No cenário universitário, as duas modalidades de estágio supervisionado, o Estágio obrigatório e o Não obrigatório, muitas vezes coexistem. Embora no capítulo 3, inciso 1º da Lei do estágio contenha a indicação da obrigatoriedade de supervisão em ambas as modalidades, conforme explica Rocha (2018, p. 32), é no estágio obrigatório que essa orientação é mais respeitada por se tratar de componente essencial para obtenção de diploma por parte do educando. Além disso, é designado previamente um roteiro de atividades a serem desenvolvidas visando o alcance de uma sinergia entre a teoria vista em sala de aula durante o curso e a prática profissional real, bem como a realização de controle através de relatórios finais para avaliação por parte dos supervisores.

O aluno graduando chega ao estágio obrigatório no final do curso, já tendo geralmente participado de estágios não obrigatórios. Estes últimos são remunerados e possivelmente, de acordo com Rocha (2018), não tenha tanta supervisão quanto o obrigatório, conforme orientação da Lei. Por esse motivo podem não proporcionar o aprendizado adequado através de atividades relacionadas na sua área de atuação ou não trabalhar outras competências, além das de cunho técnico da profissão. Dessa forma, muitas vezes é no estágio curricular obrigatório que os graduandos têm a oportunidade real de aliar teoria à prática.

Após as devidas orientações quanto às atividades a serem desempenhadas no estágio obrigatório em Biblioteconomia, dadas pelo professor supervisor do curso, é importante o acompanhamento por parte do profissional da parte concedente, visto que esse acompanhamento é feito de forma individual. Nesse sentido, quando o estágio curricular obrigatório acontece em uma biblioteca onde não há departamentalização, a possibilidade de desenvolver outras competências pouco exploradas depende unicamente da iniciativa do supervisor da parte concedente.



É importante destacar a necessidade do desenvolvimento de outras competências além das técnicas, pois o formando em Biblioteconomia, futuramente inserido no ambiente de trabalho, ou seja, na biblioteca, deverá:

[...] assumir a gestão de uma unidade de informação (biblioteca), como sendo responsável por gerenciar produtos e serviços informacionais, coordenar uma equipe a partir do relacionamento interpessoal, dentre outros. (ALVES; OLIVEIRA, 2016, p. 2)

A partir do entendimento da necessidade de aprendizagem prática, numa visão holística dos processos desempenhados pela unidade de informação dentro da instituição à qual ela está vinculada, propõe-se a demonstração de aplicação da metodologia de aprendizagem baseada em problemas dentro do estágio curricular obrigatório em Biblioteconomia.

3 A METODOLOGIA DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS

Inicialmente é importante esclarecer que a aprendizagem baseada em problemas encontra-se dentro do conceito inovador de metodologias ativas de aprendizagem, conceituado por Bastos (2006) como “processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema”. É onde educador ou professor, assume o papel de facilitador do processo de aprendizagem, direcionando o aprendiz na busca da informação, desenvolvimento do senso crítico e estabelecimento de metas e estratégias para o alcance de seus objetivos de aprendizagem. Esse processo envolve proatividade e interação com outros alunos para tratar do tema a ser estudado, seja ouvindo, falando, perguntando, discutindo, fazendo e ensinando, e consequentemente construindo o conhecimento (BARBOSA, 2013).

Existem outras abordagens e metodologias ativas com objetivos semelhantes por isso é importante para o nosso objetivo, estabelecer essa diferenciação dentro do conceito de metodologias ativas, como descreve Berbel (2011):

A aprendizagem baseada em problemas (também conhecida pela sigla PBL, iniciais do termo em inglês *Problem Based Learning*) é outra modalidade inserida no conjunto das metodologias ativas, foi

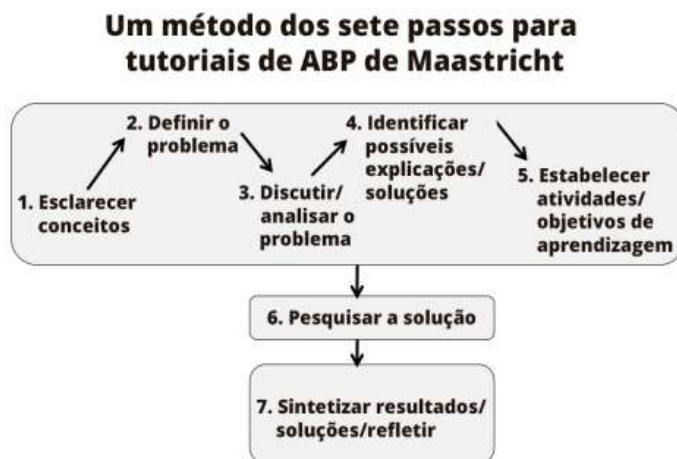


inicialmente introduzida no Brasil em currículos de Medicina, mas vem sendo experimentada também por outros cursos. Esta alternativa diferencia-se das demais antes apontadas, por constituir-se como o eixo principal do aprendizado técnico-científico numa proposta curricular.

Nesta mesma linha de raciocínio Savery (2006) define que a aprendizagem baseada em problemas é uma abordagem instrucional [e curricular] centrada no aprendiz que capacita os estudantes a conduzirem pesquisas, integrar teoria a prática, e aplicar conhecimentos e habilidades para desenvolvimento de solução viável a um problema definido. Já Strobel (2009) complementa ao afirmar que a ABP tem sido utilizada como uma metodologia direcionada para o ensino em áreas temáticas como medicina, engenharia, ciência e economia por mais de 40 anos. De acordo com BATES (2015,) a primeira sistematização da aplicação da metodologia de ABP, foi em 1969, realizada pelo médico e professor de medicina Howard Barrows, na Faculdade de Medicina da Universidade McMaster no Canadá. Essa metodologia tem sido usada em disciplinas de forma a facilitar a aprendizagem dos alunos em um período relativamente curto e para isso trabalham em grupos, identificando o conhecimento que já detém sobre o tema em questão ou que necessitam aprender e onde conseguir informações para solucioná-lo. O professor - ou profissional, nesse caso - chamado de tutor, não determina o que será feito, mas permite que os estudantes avaliem criticamente a situação proposta e atua direcionando os questionamentos, na formulação de ações e etapas de implementação, permitindo a experimentação dos alunos e viabilizando a aprendizagem prática.

Bates apresenta em sua obra um exemplo de procedimento com etapas para execução da ABP, a chamada estratégia dos "sete pulos" ou sete saltos utilizados nos tutoriais de ABP da Universidade de Maastricht. Trata-se de uma estratégia que os estudantes usam para definir ou explicar os estágios na solução do problema. (BATES, 2015, p. 136)

FIGURA 1 - Método dos sete passos



Fonte: Bates - Giseselaers (1995)

Em termos da efetividade dessa metodologia e da crítica quanto aos resultados de sua aplicação, Strobel (2009, p. 53), com base nos resultados de uma pesquisa que utilizou a metodologia da metassíntese qualitativa, pôde concluir que, em comparação com abordagens de ensino tradicionais, a aprendizagem baseada em problemas foi superior quanto a retenção de conteúdos em longo prazo, ao desenvolvimento de competências e satisfação de estudantes e educadores.

4 APLICAÇÃO DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS EM ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

Para uma melhor compreensão do processo de aplicação da ABP é preciso identificar inicialmente os elementos que compõem o cenário onde ocorre o problema em questão, bem como o perfil dos participantes e a implementação em si.

O cenário em questão é a Biblioteca Miguel Josino Neto, seção da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, caracterizada como uma biblioteca especializada jurídica que atende usuários do Tribunal. Esse tipo de biblioteca, de acordo com Amaral (2008):

[...] se distingue das outras bibliotecas pela sua ênfase em prover informação focada e especializada para uma clientela distinta, de determinada organização, em resposta às necessidades de



informação de forma ágil e também antecipando necessidades de informação em áreas de conhecimento específico em que atuam.

Assim podemos concluir que biblioteca jurídica visa auxiliar a instituição onde está inserida no desempenho de suas funções que demandam informação jurídica. No caso da Biblioteca Miguel Josino Neto, esse auxílio se dá através de fontes de informação relacionadas ao direito do trabalho e áreas afins.

Um dos componentes fundamentais do cenário da Biblioteca especializada jurídica é o bibliotecário jurídico, "o profissional que facilita o acesso a informação jurídica de forma ágil e eficiente" (PASSOS, 2001 p.1), que para atuar em uma biblioteca dessa natureza, diferentemente de uma biblioteca departamentalizada, precisa dispor de competências variadas, dado o escopo de sua unidade de informação. Segundo o bibliotecário norte-americano Alvin Podoy (*apud* PASSOS 2009 p. 107), quatro características definem as funções do bibliotecário jurídico nos dias atuais: "a onipresença, a aptidão para inovar, a capacidade para ser tradicional e moderno e o talento de ser camaleão."

Ainda de acordo com Passos (2014), as atividades do bibliotecário jurídico que, podem ser classificadas em atribuições gerenciais, são as técnicas de pesquisa, de produção de informações, de divulgação de informações e uso adequado das tecnologias. Dentro das atribuições gerenciais destaca-se ainda a "orientação de estagiários oriundos de cursos de Biblioteconomia". No atendimento dessa função é que fundamentamos a necessidade de uma orientação sistematizada e que realmente coopere para a capacitação dos estudantes, futuros profissionais. Por isso a opção pela aplicação da metodologia ativa de aprendizagem baseada em problemas no estágio supervisionado obrigatório.

Geralmente, a ABP é um método utilizado no contexto das universidades, onde o professor é o tutor e o aluno o aprendiz. Enquanto o professor tem a iniciativa de dar ao aluno um problema, este busca encontrar uma solução utilizando os métodos que estiverem ao seu dispor, alcançando não apenas a resolução do problema, mas também desenvolvendo habilidades e a autoaprendizagem,

preparando-se para saber agir da melhor forma no desempenho de sua profissão. Nas palavras de Rodrigues e Figueiredo (1996):

Para solucionar este problema é necessário recorrer aos conhecimentos prévios, adquirir novos conhecimentos e integrá-los. Essa integração, aliada à aplicação prática imediata, facilita a retenção do conhecimento, que pode ser mais facilmente resgatado, quando o estudante estiver diante de novos problemas.

Ressaltando que nesse cenário, é o bibliotecário que assume esse papel de tutor, que direciona os questionamentos e fomenta a busca da informação, dando assim o suporte para a aplicação das iniciativas determinadas pelos aprendizes, nesse caso os estagiários. Essa dinâmica acaba por trazer benefícios para todas as partes envolvidas no processo, principalmente para os estagiários, pois ao abordar o problema com questionamentos e buscar informações que fundamentem a solução, o resultado será um produto que atende a uma demanda real. No caso da biblioteca Miguel Josino Neto o produto desenvolvido foi o Plano de Marketing.

Disso depreende-se que, avaliar o problema e propor uma solução estruturada, em si, já é um indicador de desenvolvimento de competências e aquisição de conhecimento, este necessário ao estudante engajado na resolução de um problema real.

5 ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS

Para a aplicação da ABP na Biblioteca MJN foi sugerido aos estagiários por parte do bibliotecário tutor, a identificação do principal problema da unidade. Nesse cenário o problema observado e abordado com o auxílio dessa metodologia foi o da baixa frequência de usuários internos e externos na unidade. Importante conceituar que os usuários internos são os servidores, magistrados, desembargadores, estagiários e funcionários terceirizados pertencentes ao corpo de funcionários deste Tribunal, e como usuários externos são considerados, advogados, cônjuges e demais usuários visitantes que têm acesso ao uso dos acervos e dos espaços de aprendizagem desta unidade de informação.



Realizadas algumas reuniões, chegou-se à conclusão de que essa lacuna em longo prazo poderia prejudicar a imagem da biblioteca em vários aspectos, acarretando inclusive em uma possível perda de seu espaço para postos de trabalho da área administrativa do Tribunal, possivelmente justificada pela subutilização do espaço. Também foi de entendimento comum, a necessidade de melhorar e promover os serviços, a imagem e o espaço da biblioteca, tanto para o público interno - usuários com vínculo institucional - quanto para os usuários externos.

Para sistematizar o processo de busca do objetivo geral - aumentar a frequência e uso dos materiais informacionais da unidade - foi proposto o levantamento de iniciativas que levaram posteriormente à elaboração de um plano de marketing para a biblioteca. Vale salientar que a execução desse plano envolve vários outros setores do TRT 21, tais como: Escola Judicial, Secretaria de Tecnologia da Informação; Divisão de comunicação social; Presidência; Coordenadoria de cerimonial e eventos; Coordenadoria de engenharia; Setor de pessoal; Recepção institucional; Divisão de logística e patrimônio. As iniciativas serão explicitadas sucintamente na próxima seção.

5.1 DEFINIÇÃO DE INICIATIVAS PARA SOLUÇÃO

Foram estabelecidas cinco linhas principais, chamadas de iniciativas, que direcionam e agrupam as diversas ações estabelecidas para o plano de marketing, são elas:

- **Estudo de usuário**

Inicialmente, para melhor compreensão do perfil de usuários da biblioteca MJN, foi de entendimento comum a necessidade de produção de um questionário de estudo de usuário para entender o comportamento e necessidade informacional dos mesmos. O questionário será aplicado primeiramente a nível institucional e posteriormente ao público externo. Será a principal ferramenta para justificar as necessidades da unidade no que se refere a atender melhor os usuários reais e potenciais.



- **Divulgação externa**

Com vistas a atrair o público para utilizar o espaço da biblioteca percebeu-se a necessidade de oferecer aos usuários *wi-fi* livre no espaço da unidade. Para atrair esse público será necessária a realização de divulgação da biblioteca e seus serviços em redes sociais, pois o alcance que elas têm é fundamental para a promoção e comunicação da mesma com seus usuários reais e potenciais. Pretende-se também melhorar o site inserindo nele mais opções, como por exemplo, o acesso às Revistas do Tribunal, entre outras informações, links e manuais.

- **Divulgação interna**

Várias ações serão executadas com a finalidade de divulgar melhor a biblioteca no nível institucional, já que também se objetiva fidelizar esse público. A sinalização predial interna necessitará de placas que orientem a localização da biblioteca pelos visitantes.

Por fim, a elaboração de um projeto para a realização de eventos culturais envolvendo a Biblioteca e Escola judicial.

- **Atendimento ao usuário**

O atendimento é o cartão de visitas de qualquer organização. É por meio dele que o público forma suas primeiras impressões. Nesse sentido, foi verificada a necessidade de padronizá-lo através de critérios de qualidade devidamente registrados no plano de marketing. Objetiva-se, em longo prazo, agregar valor ao atendimento da biblioteca criando uma cultura positiva tanto entre os colaboradores quanto com os usuários.

- **Atualização do acervo**

Uma das iniciativas mais importantes para atingimento dessa meta será o pleito junto à presidência de uma rubrica própria para que a biblioteca possa adquirir periodicamente novos exemplares para o acervo geral, mantendo-o atualizado e atendendo plenamente a área fim do Tribunal.



Será feita a reativação do Clube do livro - acervo de literatura - com possibilidade de empréstimo para usuários externos e lançamento de uma campanha de doação de livros para essa coleção. Dentro da mesma proposta de flexibilizar a política de empréstimo para a categoria usuário externo, o acervo Miguel Josino ficará disponível para essa comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da ABP no estágio supervisionado obrigatório de Biblioteconomia, especificamente no cenário da Biblioteca Especializada em Direito MJN, objetiva inicialmente o cumprimento do plano de atividades estabelecido no contrato do estágio, uma vez que esse roteiro é o principal foco do programa de estágio curricular indicado pelo curso de Biblioteconomia. Todavia, o que tem se evidenciado é que a aplicação dessa metodologia extrapola a expectativa em termos de desenvolvimento do educando, pois além de atender ao plano de atividades proposto para o estágio, proporciona uma maior aquisição de conhecimento sobre o funcionamento de uma unidade de informação, acompanhado do desenvolvimento de novas competências para a solução de problemas reais.

Essa experiência apresenta-se como opção útil na preparação do estagiário formando no desempenho de atividades dirigidas à teoria vista em sala de aula, pois oferece ao aluno o acompanhamento especializado do bibliotecário tutor que ao aplicar a metodologia da ABP, situa o educando na dinâmica diária do fazer biblioteconômico, seus desafios e necessidades de adequação à realidade das instituições.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. V.; OLIVEIRA, M. A. D. de. Gestão de unidades de informação: o bibliotecário como gestor e líder. **Bibliocanto**, v. 2, n.1, p. 70 – 82, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2vqeRd2>>. Acesso em: 10 abr 2019.

AMARAL, S. A. do; SOUZA, K. M. L. de. Funções desempenhadas pelos websites de bibliotecas jurídicas governamentais brasileiras. **Investigación bibliotecológica**, v. 22, n. 46, p. 165-186, sept./dic. 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/2GyxYaa>>. Acesso em: 4 abr. 2019.



BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. **Boletim Técnico do Senac**, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2UU8Js1>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BATES, T.: **Educar na era digital**: design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2IYOymm>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; [...]. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<http://bit.ly/2GHsQlo>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

MOUST, J. H. C.; BERKEL, H. J. M. Van.; SCHMIDT, H. G.. Signs of Erosion: Reflections on Three Decades of Problem-based Learning at Maastricht University. **Higher Education**, [s.l.], v. 50, n. 4, p.665-683, nov. 2005. Tradução do Professor Luiz Novaes, MD, MSc – FM-ESCS-FEPECS Estudante do Curso de Especialização em Gestão Curricular da ESCS-FEPECS – 2006/2007. Disponível em: <<http://bit.ly/2IMBNvN>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

PASSOS, E.; BARROS, L. V. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Brique de Lemos, 2009.

ROCHA, T. P. da. **Fluxo informacional do acompanhamento do estágio supervisionado não obrigatório no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2IZF8r0>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

RODRIGUES, M. L. V.; FIGUEIREDO, J. F. C. Aprendizado centrado em problemas. **Medicina, Ribeirão Preto**, v. 29, n.4, p. 396-402, out./dez. 1996. Disponível em: <<http://bit.ly/2UxjMb7>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

SAVERY, J. R. Overview of problem-based learning: definition and distinctions. **Interdisciplinary Journal of Problem-based learning**, v. 1, n. 1, p. 9-20, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2DAoBG6>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

SCHMIDT, H. G. Problem-based learning: rationale and description. **Medical education**, v. 17, n. 1, p. 11-16, 1983. Disponível em: <<http://bit.ly/2IKkGLO>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

STROBEL, J.; VAN BARNEVELD, A. When is PBL more effective? A meta-synthesis of meta-analyses comparing PBL to conventional classrooms. **Interdisciplinary Journal of Problem-based Learning**, v. 3, n. 1, p. 4, mar. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2UVHs8s>>. Acesso em: 7 abr. 2019.